



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0018809-72.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Diego Ceregatti Piva**
 Requerido: **Banco Finasa Bmc Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Processo nº 1.879/12

DIEGO CEREGATTI PIVA, já qualificado, moveu a presente ação de revisão de contrato contra BANCO FINASA BMC S/A, também qualificado, alegando tenha firmado com o réu contrato de arrendamento mercantil do veículo *Ford Ka* pelo valor de R\$ 22.500,00 para pagamento em 60 prestações de R\$ 622,39 no qual entende tenha havido cobrança de juros acima do permitido por lei, com capitalização mensal e utilização da tabela *price*, verificando-se cumulação de correção monetária e comissão de permanência e, ainda, multa exorbitante (sic.), reclamando assim lesão contratual por excessiva onerosidade e apontando a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, que deve ser substituída pela Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal e pela Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*), termos em que requereu a revisão do contrato para condenação do réu a repetir a importância de R\$ 3.018,51 em dobro.

O réu, atualmente denominado BANCO FINASA S/A, arguiu falta de interesse processual do autor na medida em que o contrato é um acordo de vontades no qual as taxas e encargos foram pré-fixados, devendo prevalecer pela *pacta sunt servanda*, aduzindo ainda, em preliminar, a inépcia da inicial à qual faltaria causa de pedir; no mérito, sustentou que o contrato faz lei entre as partes e que foram observadas, no caso, todas as leis e regulamentos aplicáveis, apontando a inaplicabilidade da limitação dos juros conforme Súmula Vinculante nº 07 e não aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, concluindo pela improcedência da ação.

O banco réu propôs a designação de audiência para conciliação, na qual, designada, não houve transação.

É o relatório.

Decido.

Não há, com o devido respeito ao réu, carência de interesse processual, pois o só fato de que o réu resista a admitir as pretensões do autor já demonstra a necessidade e utilidade da intervenção da função jurisdicional.

E quanto à causa de pedir, a inicial descreve o contrato e aponta as teses que, se são ou não pertinentes, devem ser submetidas a uma análise de mérito, de modo que de inépcia não haverá se falar.

Rejeitam-se, pois, as preliminares.

No mérito, conforme bem apontado pelo réu, “A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 ¹).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

Quanto a uma possível capitalização, cumpre destacar a impossibilidade matemática da tese, pois cuida-se aqui de contrato regido por taxa de juros pré-fixada, no qual, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não há se falar na prática em comento: “no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ²).

E assim é porque “em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ³).

Diga-se mais, a aplicação dos juros a partir da tabela *price* também não esbarra em ilicitude de qualquer ordem, a propósito do que igualmente vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “A Tabela Price não compreende anatocismo” (cf. Ap. nº 0046288-44.2011.8.26.0576 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 06/06/2012 ⁴).

No que diz respeito a uma possível cumulação de correção monetária e comissão de permanência, cabe destacar não haja indício algum dessa prática.

Mais que isso, a própria petição inicial não logra demonstrar a possibilidade do fato existir.

Como se sabe, nosso processo civil é guiado pelo princípio da *substanciação*, que obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III do art. 282, do Código de Processo Civil, a “*expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido*”, requisitos esses que “a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida”, pois da clareza desses dados dependerá “que o réu possa preparar sua defesa” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS ⁵).

Mas não é só: “*fatos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os limites da sentença a ser proferida (art. 128); bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir*” (cf. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO ⁶).

Ora, se não há uma clara descrição dessa cumulação que se quer revista, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, Código de Processo Civil), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, mesmo Codex).

¹ www.esaj.tjsp.jus.br

² www.esaj.tjsp.jus.br.

³ www.esaj.tjsp.jus.br

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br

⁵ MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.

⁶ CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Por isso mesmo se tem decidido que *“insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações”* (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a *“alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório”* (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator ⁷).

O mesmo se diga em relação ao argumento de que haveria *“multa exorbitante”* (sic.), pois a leitura do contrato demonstra que essa multa foi fixada em 2% (*vide cláusula 10.Mora*, fls. 27) e está, portanto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Ou seja: o argumento não é verdadeiro.

Quanto ao reclamo acerca de lesão contratual por excessiva onerosidade, não se lê na inicial senão uma generalidade retórica para se buscar essa conclusão.

Contudo, e como se sabe, *“o instituto da Lesão previsto pela Lei nº 1.521/51 vem sendo mal interpretado, não importando, como afirmado em algumas teses jurídicas levadas aos nossos Tribunais, em limite legal de 20% para a lucratividade dos contratos em geral”*, mas antes em que deva se observar *“o valor corrente de mercado do lucro para operações financeiras de uma mesma natureza, para somente então se calcular se o lucro apontado como abusivo realmente supera 20% do preço de mercado da operação, que já inclui o valor mutuado, custo de captação e lucro financeiro”* (cf. ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE, *A Lesão Contratual no Direito Brasileiro e o Projeto do Novo Código Civil*) ⁸. Ou seja: a limitação em 20% não se refere ao *spread*, mas antes, à média das taxas de juros cobradas pelas demais instituições financeiras para operações da mesma natureza, daí seja de rejeitar-se a tese em discussão, por equivocada a premissa na qual se firma o postulante.

Além disso, a ocorrência da lesão *“deve verificar-se no momento do contrato e não posteriormente. Pois, se naquele instante não houve disparidade entre os valores, incorreu lesão”* (cf. SILVIO RODRIGUES ⁹).

Diga-se mais, para que essa disparidade se configure, é preciso que *“um dos contratantes se aproveite da volição distorcida do outro sujeito obrigacional”* com o intuito de *“obter lucro excessivo”*, o que implica dizer, *“há, portanto, um elemento subjetivo denominado dolo de aproveitamento, pelo qual o beneficiário louva-se na inexperiência, leviandade ou premente estado de necessidade, (art. 157 do NCC)”* – cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 ¹⁰ -, e, *“inexistente a referida inexperiência ou o premente estado de necessidade, por parte do autor, bem como leviandade por parte do banco réu, não há que se cogitar em redução da taxa de juros praticada ante a alegação de lucro excessivo (Súmula nº 596 do STF)”* - cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 ¹¹ -.

Não há alegação ou indício de qualquer ordem que nos permita afirmar que o autor goza dessa inexperiência, com o devido respeito, até porque tem formação técnica que indica o contrário.

Finalmente, no que respeita à inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, a questão já ficou superada e prejudicada pela conclusão de que *“no contrato de*

⁷ LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

⁸ JSTF - Volume 240 - Página 5;

⁹ SILVIO RODRIGUES, *ob. cit.*, pág. 233;

¹⁰ www.esaj.tjsp.jus.br

¹¹ www.esaj.tjsp.jus.br


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ¹²), conforme acima.

Contudo, só para que não reste questionamento, vale lembrar que o próprio Supremo Tribunal Federal já se pronunciou sobre a matéria, afirmando a constitucionalidade da autorização para capitalização dos juros pelas instituições financeiras, contida Medidas Provisórias nº. 1.963-17/2000 e nº 2.170-36/2001 (cf. REextr.-AgRg-ED nº 509.500-RS – 1ª Turma - Rel. Min. MENEZES DIREITO – DJU 26.10.2007, p. 0062).

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 13 de novembro de 2013.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

¹² www.esaj.tjsp.jus.br.